

**VICENTE**

COLECÇÃO DIRIGIDA POR OSÓRIO MATEUS

---

José Camões  
ACLAMAÇÃO DE JOÃO III

---

**Quimera**

LISBOA 1990 | e-book 2005



Nos fólhos 255 a 257 do livro *quinto* da *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente* de 1562, existem versos a que a tradição dá o nome de *Romance à aclamação de D. João III*. Parte do mesmo romance, com alguns versos traduzidos em castelhano, aparece a rematar uma edição do *Auto de Santiago*, de Afonso Álvares, num folheto do século XVI. O título dado pela *Copilaçam*, *Romance de quando foi levantado por rei el rei dom João [o] terceiro de gloriosa memória* aparece, com algumas variantes, traduzido para castelhano, na edição avulsa: *Romance que cuenta de como fue levantado por rey el muy alto principe don João tercero, rey de Portugal*.

A palavra *aclamação* não existe nos impressos do século XVI (*Copilaçam* e *Auto de Santiago*). Creio que surge pela primeira vez na edição das *Obras de Gil Vicente*, feita em Hamburgo em 1834, no índice do terceiro volume, e na rubrica que antecede o texto, numa tentativa de uniformização sintáctica, seguindo o modelo de *Romance à morte de D. Manuel*.

Os textos de *Morte de Manuel I* e de *Aclamação de João III* têm sintaxe idêntica, que divide cada um deles em duas partes: uma primeira composta por versos que seguem a forma canónica de romance, com rima entre os versos pares, e uma segunda composta por estrofes isoláveis e assinaladas, sendo cada uma o fingimento de fala de uma pessoa da corte. Em *Morte de Manuel I*, os discursos são dirigidos a Nossa Senhora de Belém e, em *Aclamação de João III*, ao novo rei. Em ambos os textos, descreve-se um passado recente e a memória dos acontecimentos ainda está viva. Uma vez mais a produção de Gil Vicente é circunstancial e celebrante.

Seguindo a articulação da *taboada*, divido o texto em duas partes, a primeira constituída pelo *Romance de quando foi levantado por rei el rei dom João terceiro de gloriosa memória*, e a segunda por *o que o autor fingiu dizerem os senhores de Portugal quando beijaram a mão ao novo rei*. A entrada que a *taboada* regista para a segunda parte permite fazer coincidir o verbo *fingir* com o jogo teatral.

A primeira parte constitui-se como discurso cronístico, começando por usar as categorias integrantes de uma narrativa: localização espácio-temporal: Lisboa, 19 de Dezembro, uma quinta-feira, seis dias depois da morte de D. Manuel; apresentação de personagens e desenvolvimento da acção: os *senhores* que integram o cortejo até à cerimónia da aclamação.

O registo dos pormenores da circunstância leva a um retrato do rei em que o esplendor da indumentária (o luxo, o bom gosto, a riqueza, a exuberância de metais e pedras preciosas) contrasta com a tristeza da alma, por morte do pai. A descrição abunda em comparações e metáforas de tradição laudatória – os olhos são como estrelas e os cabelos são de ouro – e D. João III é ao mesmo tempo príncipe, rei e imperador.

As personagens que seguem o novo rei são, em primeiro lugar, os irmãos: o infante D. Luís (1506-1555), Condestável do Reino, que leva *o estoque real*, D. Fernando (1507-1534) que caminha *ao estribo dereito* e D. Afonso (1509-1540) que, nas funções de cardeal, irá benzer o novo rei. O último dos mais nobres é D. João de Meneses, prior do Crato, que leva *a bandeira principal*.

A descrição que frei Luís de Sousa faz do cortejo, e da cerimónia do juramento do rei coincide com a narrativa do romance. É possível que tanto o cronista como Francisco de Andrada, em que se baseou, conhecessem o texto de Gil Vicente (*Anais de D. João III*, edição de 1938):

*Saiu o príncipe vestido em ãa opa roçagante de brocado, forrada em martas, sôbre gibão de tela de prata; cinto e adaga d'ouro; colar de pedraria; gorra grande de veludo preto, de mea volta. A idade de vinte anos em que estava entrado e sua natural gentileza acrescentavam graça e ar a tudo. Pôs-se-lhe diante o ifante D. Luís, com o estoque de Condestabre levantado; e com ele todos os senhores e fidalgos da côrte, que enchiam a sala. Estava ao pé das escadas em fermoso cavalo ruço, selado à brida, guarnições de brocado rôxo e ouro. Cavalgou nêle o príncipe e tomou-o de rédea o ifante D. Fernando, vestido em um pelote de setim avelutado preto, aberto polas ilhargas, e sua gorra preta de duas voltas.*

*Junto aos estribos de ãa e outra parte levavam nas mãos as pontas da opa D. António de Ataíde, favorecido do príncipe, e D. Diogo de Castro que ainda então o serviam em corpo (...)*

*Iam a cavalo o ifante D. Luís, que levava o estoque (...) Um espaço adiante do ifante ia o velho Conde Prior D. João de Meneses, também a cavalo, que levava o estandarte real (...) Guiavam o acompanhamento reis d'armas, arautos e passavantes (...) e logo após êles muitas trombetas a atabales também a cavalo, cercados de tanta multidão de povo que parecia estar todo o reino junto (...)*

*Aqui [convento de S. Domingos] foi recebido do cardeal D. Afonso, seu irmão, que o esperava com todos os prelados que na cidade havia, e levado a um espaçoso teatro, que com oito degraus de altura se levantava junto à porta da igreja, no qual havia outro mais recolhido de dous degraus de subida, que cerrava com a parede, cobertos uns e outros de ricas alcatifas. E neste mais alto ãa cadeira de brocado, arrimada a um grande e fermoso docel do mesmo. Tomou o príncipe a cadeira (...)*

*Levantou-se o cardeal e subiu ao estrado do príncipe, que se levantou também, e ambos juntos se chegaram a ãa cadeira pequena, em que estava sôbre almofada de brocado um missal aberto, e em meo dêle ãa cruz d'ouro. E postos ambos de joelhos, jurou o príncipe que cumpriria tudo o que em seu nome oferecera o doutor [Diogo Pacheco] (...)*

*Então, levantou a voz o rei d'armas Portugal, e pedindo atenção, com repetir três vezes a palavra de linguagem antiga: Ouvide! ouvide! ouvide! – levantou a sua quanto pôde o alferes-mór, dizendo outras tantas vezes: – Arraial! arraial, arraial polo muito alto e muito poderoso príncipe el-rei D. João terceiro, nosso senhor! Receberam as primeiras palavras os reis d'armas, arautos e passavantes; e com grande alegria e vozes em grita foram replicando muitas vezes:*

«arraial! arraial! arraial!». A que responderam juntamente, tocando sem cessar, todos os instrumentos que havia de charamelas, trombetas e atabales, que tudo atroavam e alegravam.

Também Garcia de Resende, em três estrofes da *Miscelânea*, relata a cerimónia. Trancrevo da edição de 1622 (170d):

foi no ano  
de 521 a  
19 de De-  
zembro, ãa  
quinta-feira

vi el rei nosso senhor  
quando foi por rei alçado  
nunca foi tão grande estado  
nem rei com tanto primor  
se viu nunca alevantado  
com tanto estado real  
ifantes e cardeal  
duques marqueses prelados  
condes fidalgos honrados  
com a frol de Portugal

em Lisboa assi saíu  
dos paços pola ribeira  
gente sem conto o seguiu  
gentileza nom se viu  
nunca em rei tão verdadeira  
a cavalo mui galante  
e todos a pé diante  
do grão triunfo nom falo  
e as rédeas do cavalo  
a pé levava o ifante

o ifante  
dom  
Fernando

polas ruas novas ia  
e o ifante seu irmão  
com estoque alto na mão  
rei do mundo parecia  
em poder e perfeição  
nos alpendres foi descido  
de São Domingos e subido  
num estrada triunfal  
por nosso rei natural  
foi ali obedecido

o ifante  
dom Luís

Segue-se agora o romance composto por Gil Vicente. O engenho poético é superior ao de Resende e converte o panegírico protocolar em literatura. A transcrição do texto é feita da edição fac-similada da *Copilaçam* de 1562, publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1928. Os números e letras que se encontram na margem direita indicam os fólhos e as colunas da edição original.

*Outro romance de Gil Vicente que fez quando foi levantado por rei el rei  
dom João o terceiro de gloriosa memória.*

*Dezanove de Dezembro  
perto era do Natal  
na cidade de Lisboa  
mui nobre e sempre leal  
foi levantado por rei  
dos reinos de Portugal  
o príncipe dom João.  
príncipe angelical  
saiu nua faca branca  
parecia de cristal  
guarnecida de maneira  
que nam se viu sua igual.  
opa leva roçagante  
toda fio d'ouro tal  
forrada de ricas martas  
bem parecia real.  
pelote de prata fina  
prata mui oriental  
barrado de pedraria  
vinha-lhe mui natural.  
de perlas nam fazem conta  
porque é baixo metal  
só um colar que levava  
toda Alexandria val.  
na cabeça leva preto  
por seu padre natural  
saiu com lágrimas tristes  
como filho mui leal.  
o seu rosto tão fermoso  
que parece devinal  
seus olhos resplandeciam  
como estrelas igual.  
os cabelos da cabeça  
d'ouro eram que nam d'al  
sua boca graciosa  
com ar mui angelical.  
um sembrante soberano  
um olhar imperial  
nam foi tal contentamento  
no povo todo em geral  
como ver na rua Nova  
ir o seu rei natural*

255c

*com tanta graça e lindeza  
que nam parece humanal.  
os forasteiros deziã:  
mui ditoso é Portugal.  
o ifante dom Luís  
leva o estoque real  
o ifante dom Fernando  
outro seu irmão carnal  
ao estribo dereito  
a pé nam lh' estava mal  
porque em tal solenidade  
tudo lhe vem natural.  
todolos grandes a pé  
quantos há em Portugal  
o conde priol levava  
a bandeira principal.  
chegou assi a São Domingos  
onde estava o Cardeal  
benzeu o mui alto rei  
de benção pontefical  
e deu logo juramento  
jurou num livro missal  
de fazer cumprir as leis  
como lei emperial.  
confirmou os previlégios  
desta cidade real  
os povos muito contentes  
de rei tão especial  
de pequeno sempre grande  
manífico e liberal  
que é vertude julgada  
dos príncepes a principal.  
isto tudo assi acabado  
disseram: arraial arraial.  
ali tocam as trombetas  
atabales outro tal  
todos lhe beijam a mão  
os senhores em geral.*

255d

*Fim.*

O texto impresso nas últimas páginas do *Auto de Santiago* de Afonso Álvares, a fim de preencher o espaço em branco que restava do caderno (Michaëlis de Vasconcelos 1919, 1949: 126), tem uma didascália que diz:

*Siguese la segunda parte que es un romance que cuenta de como fue*

*levantado por rey el muy alto principe don João tercero, rey de Portugal.*

A *segunda parte* por segundo romance. O primeiro é o que foi feito à morte de D. Manuel, que também aparece no folheto com partes traduzidas em castelhano. Não foram impressas as coplas que constituem as falas dos *senhores de Portugal ao beijar da mão*. As duas lições apresentam variantes:

<i>Copilaçam de 1562</i>	<i>Auto de Santiago</i>
<i>opa leva roçagante</i>	<i>roupa leva roçagante</i>
<i>como estrelas igual</i>	<i>como estrelas (s)em igual</i>
<i>o ifante dom Fernando</i>	<i>o infante dom Duarte</i>
<i>a pé nam lh'estava mal</i>	<i>a pé nam lhe está mal</i>
<i>chegou assi a sam Domingos</i>	<i>assi chegou a sam Domingos</i>
<i>e deu logo juramento</i>	<i>deu-lhe logo juramento</i>
<i>jurou num livro missal</i>	<i>jurou no livro missal</i>
<i>como lei emperial</i>	<i>como rei imperial</i>
<i>os povos muito contentes</i>	<i>e o povo mui contente</i>
<i>disseram arraial arraial</i>	<i>disseram real real</i>
<i>atabales outro tal</i>	<i>atabales outro que tal</i>

Começa a segunda parte que a *taboada* indica como *O que o autor fingiu dizerem os senhores de Portugal quando beijaram a mão ao novo rei*. Análise demorada merece o verbo *fingir* no pretérito perfeito. Quanto a mim, ao contrário do que afirma Paul Teyssier que exclui estes versos da cronologia que fez do teatro de Gil Vicente por *não apresentarem carácter dramático algum* (1982, 1985: 18), *fingiu* refere uma acção teatral executada por Gil Vicente, presente na memória de quem edita e elabora a *taboada*. O tempo verbal não abarca a intemporalidade da escrita e não é por acaso que no folheto do *Auto de Santiago* estas estrofes não existem. Apenas está registado aquilo que é específico da leitura ou canto para uma voz (o romance) e não da acção corporal. É matéria para um *one man show*, como há tantos no teatro do autor, que deixa perceber a imitação de outros corpos que assistem à actuação. A afirmação de Margarida Vieira Mendes (1988: 3) – *qualquer texto é capaz de se tornar matéria de teatro* – a propósito do estudo *daquilo a que se poderá chamar a teatralidade do Pranto de Maria Parda* adequa-se

tanto a este romance de Gil Vicente, que celebra a aclamação de D. João III, como ao que compôs para chorar a morte do rei D. Manuel I.

O texto introduz a verosimilhança na fantasia. Gil Vicente assiste, ou finge que assiste, à cerimónia, de um lugar que permite ver mas não ouvir. O que vê é matéria para reflexão e o pensamento expressa-se em falas inventadas atribuídas a pessoas/personagens. Não se trata – como em algumas composições registadas no *Cancioneiro Geral*, em que várias vozes falam por invenção de uma – de versos encomendados e *em nome de*, mas sim de fingimento teatral (*o que o autor fingiu dizerem os senhores de Portugal*): *assi de minha fantasia*.

Alguma referência menos elogiosa à idoneidade das pessoas nobres estaria salvaguardada pelo mesmo conceito que, cinquenta anos mais tarde, levaria frei Bartolomeu Ferreira a declarar no *Parecer da Santa e Geral Inquisição* sobre *Os Lusíadas*: *isto é poesia e fingimento*. No entanto, o mesmo frade advertia na página 21 do *Catálogo dos livros que se proibem neste reinos*, mandado elaborar pelo inquisidor Jorge de Almeida, em 1581:

*Das obras de Gil Vicente, que andam juntas em um corpo, se há-de riscar o prólogo, até que se proveja na êmenda dos seus autos, que tem necessidade de muita censura, e reformação.*

Muitas das pessoas mencionadas são referidas nos autos de Gil Vicente e têm também voz em *Morte de Manuel I*, onde são indicadas pela mesma ordem, o que faz supor o respeito de uma hierarquia, muito em especial no caso de *Aclamação de João III*, que apresenta um desfile protocolar coincidente com a descrição da cerimónia feita por frei Luís de Sousa nos *Anais de D. João III*, transcrita de um livro da secretaria de António Carneiro:

*foram juntos o duque de Bargaça e o Mestre de Santiago. Jurou o duque primeiro, e primeiro beijou a mão a el-rei; foram juntos o marquês de Torres Novas e o de Vila Real, e jurou primeiro o de Torres Novas e primeiro beijou a mão a Sua Alteza; logo foi jurar o conde de Alcoutim só e beijar a mão. Seguiram o conde de Penela por si só e trás dele o conde da Feira por si só e o da Vidigueira também só. Depois foram juntos o conde de Portalegre e o de Vila Nova. E jurou primeiro o de Portalegre (...) Depois dos titulares tomou o cardeal juramento por si só; e tanto que foi a el-rei, seguiram os prelados e logo os ministros maiores de justiça (...) e todos os mais fidalgos que eram presentes. Em último lugar subiram os vereadores.*

Gil Vicente inventou assim:

*Aqui diz o autor o que cada um dos senhores de Portugal deriam ao beijar da mão.*

*Eu estava cá no chão  
com'outro desmazelado  
do teatro tão alongado  
que via beijar a mão  
mas nam ouvia o falado  
e acupeí o cuidado  
no que cada um deria  
assi de minha fantasia  
segundo vi o passado  
e a mudança que via*

Gil Vicente parece temer a mudança que se anunciava com a investidura do novo rei. Em muitos versos o dá a entender pela voz do marquês de Vila Real, do conde de Marialva, do conde de Tentúgal. Outros receios, de índole mais pessoal e talvez artística, parecem revelar um sentimento de desconfiança do autor em relação a eventuais detractores da sua arte. É de ter em conta a manifesta protecção que o rei morto e a irmã, D. Leonor, lhe davam. Exemplos destes temores encontram-se na paráfrase que fez do *Miserere* que abre o *quinto livro* da *Copilaçam* e que, penso eu, identifica a figura do rei com Deus: *vês-me aqui atribulado \ de todos desemparado (...)* *que venças digo senhor \ contra tais murmuradores* (250c).

A mesma preocupação está patente no *prólogo* de Gil Vicente que o filho coloca no início da *Copilaçam*: *pedindo a Vossa Alteza favor e emparo pera que minha enferma escretura nam seja ferida de língoas danosas.*

Nas estrofes que fingem os conselhos dos *senhores de Portugal*, a do Conde de Vila Nova também refere explicitamente os *mexeriqueiros*.

A mudança que Gil Vicente teme pode vir a ter repercussões no seu estatuto económico pela falta da protecção dos antigos patronos: *quando ele tinha com quê*, diz o pastor Vasco Afonso no *Pastoril Português* de 1523, a propósito dos meios de produção de Gil Vicente.

Nuns versos dirigidos ao Conde do Vimioso, incluídos no *livro das obras meúdas*, ao mesmo tempo que anuncia uma nova farsa, a *Caça dos Segredos*, Gil Vicente queixa-se da sua situação económica e da falta de reconhecimento pelo seu trabalho: *que o medrar \ se estivera em trabalhar \ ou valera o merecer \ eu tivera que comer \ e que dar e que deixar* (258b).

Explicitadas as circunstâncias na primeira estrofe desta segunda parte, inicia-se a sequência de falas atribuídas aos nobres. A primeira personagem a ter fala é o rei. Como é da sua condição, revela gravidade e humildade de bom cristão referindo o *Eclesiastes* que a tradição judaico-cristã atribui a Salomão: *Vanitas vanitatum et omnia vanitas.*

A palavra que transcrevo como *vanglória* pode ter na oralidade a discreta variante «vã glória».

*o novo rei sabedor  
deria com sã vontade:*

*nome da santa trindade  
e seja por seu louvor  
e por bem da cristandade  
nam me dá a prosperidade  
vanglória de meu reinado  
pois Salamão diz verdade  
que tudo é vaidade  
bem olhado*

256a

Começa o desfile dos *senhores de Portugal*. Em todos os conselhos que dão, descobre-se uma mistura da filosofia aristotélica (a justiça como virtude maior, inerente à razão humana) com a doutrina de Santo Agostinho (o rei como agente da justiça divina), aparentemente antagónicas, que pode ser reveladora de uma polémica da história do pensamento em Portugal.

Para além dos lugares-comuns protocolares, há referências específicas ao contexto político-económico-social, hoje difíceis de compreender.

O primeiro nobre a beijar a mão do novo rei e, na criação de Gil Vicente, a aconselhá-lo é D. Jaime, filho de pai assassinado por D. João II e primo direito de D. João III. Pode ser que a *súpita mudança* refira a restauração da casa de Bragança, iniciada por D. Manuel em 1495, aquando da sua aclamação, e que favoreceu a família das irmãs. No final da estrofe, a *balança* simboliza a justiça, num apelo à inteligência no julgar.

*deria mui humilhado  
o senhor duque de Bragança:  
alto rei nossa esperança  
Deos que vos deu o reinado  
vos dará sempre bonança.  
esta súpita mudança  
bem parece obra divina  
e com esta segurança  
fazei que vossa balança  
seja fina*

O mestre de Santiago é D. Jorge, Duque de Coimbra, filho natural de D. João II, que por desejo do pai seria o sucessor. Será que se pode ver ironia nos dois últimos versos e que *sempre em vós me revejo* significa «eu deveria estar no vosso lugar»? Seria óbvio e arriscado e a contenda teria sido com o pai de D. João III. Outra leitura pode perceber no verbo *rever* um sinal do espelho de qualidades que o rei seria.

É de notar o reconhecimento de Gil Vicente. Que *mercê*? Protecção?

*o mestre de Santiago  
de quem sempre mercê vejo  
diria d'amor sobejo:*

*eis aqui minha alma trago  
com que servir vos desejo.  
de todo o meu me despejo  
e fique-me o coração  
onde está tanta afeição  
que sempre em vós me revejo  
com razão*

O terceiro interveniente é D. Fernando de Meneses. É curiosa a alusão ao rei Fernando. D. João III é, na realidade, neto de Fernando de Aragão. Que peso tem o monarca espanhol no imaginário português de 1521? No nascimento de D. João III, em 1502, Gil Vicente elogia o rei católico na *Visitação* que faz à rainha D. Maria. Garcia de Resende na *Miscelânea* também alude à ancestralidade dos reis católicos no elogio que faz a D. João III, quando relata a aclamação do rei.

Em *polo antigo* haverá memória da justiça de D. Manuel? Também pode ser uma alusão bíblica (*Reis I*) que o interlocutor seguinte desenvolve. E o soberano é apresentado como representante de Deus na Terra. Já antes, a investidura tinha sido *obra divina* e a metáfora cristã do rebanho de Deus vai repetir-se nas falas de outros senhores do paço.

*o marquês de Vila Real  
diria lagremejando:  
ó neto d'el rei Fernando  
todo de sangue real  
pera bem vos seja o mando.  
e diria aconselhando:  
governai polo antigo  
qu'este pasto está em perigo  
as ovelhas sospirando  
sem abrigo*

É D. Afonso de Portugal, pai do conde do Vimioso, quem agora se dirige ao rei. À primeira vista, parece manifestar opinião contrária ao orador precedente. Será que essa opinião corresponde a desavenças reais entre o bispo e o Marquês de Vila Real? Por outro lado, o cuidado que Gil Vicente teve em representar esta personagem a escutar a antecedente, pode ser motor para desenvolvimento do motivo introduzido na estrofe anterior: *polo antigo*. Assim, depois da citação evangélica *fuit homo missus a Deo*, anunciadora de outro João, o Baptista, D. Afonso lembra a história do filho de Salomão que valorizou o conselho dos novos e desprezou o dos anciãos. A tirania que fez sentir ao povo de Israel motivou revoltas que levaram ao cisma das dez tribos. O conselho do bispo de Évora pode revelar preocupação pela unidade do império, ou alertar para sinais de dissidência que o conde de Marialva enuncia.

*o bispo d'Évora creio  
que ouvindo esta rezão  
diria pera redenção:  
fuit homo missus a Deo  
cujo nome era João.  
beijo-vos senhor a mão  
e ferrai sobre o velho  
nam cureis daquele espelho  
que cegou a Roboão  
de meu conselho*

256b

É a vez de Francisco Coutinho. A certeza que o autor tem das palavras proferidas provém de conhecimento íntimo? O conde fala *assossegado* por contraste com a perturbação dos outros anteriores: *humilhado, d'amor, lagremejando, per redenção*. Ao contrário dos outros actores, o Marialva dirige-se em primeiro lugar ao reino e só depois ao rei. A segunda metade da estrofe continua a tópica do enviado de Deus e refere a inquietação popular.

*o conde de Marialva sei  
que diria assossegado:  
reino bem aventurado  
louva teu Deos por tal rei  
que agora estás povoado.  
mandai chamar vosso gado  
e preguntai-lhe que há  
e de pouco pera cá  
o porque anda arrepiado  
vos dirá*

João de Vasconcelos, o conde de Penela, é quem mais particulariza os conselhos, introduzindo a dicotomia de ricos e pobres e enunciando a protecção do Terceiro Estado como parte do ideal de boa governação e de justiça.

*diria o conde de Penela  
como todos mui leal:  
beijo vossa mão real  
e guiai-vos pola estrela  
do vosso bom natural.  
sede isento e liberal  
provedor dos lavradores  
e pai dos povos menores  
c'os grandes muito real  
e moderados favores*

Quem se segue é D. João de Meneses, prior do Crato, que no cortejo substituiu o seu filho ausente na Índia. As notas musicais introduzidas no seu discurso podem ser homenagem de Gil Vicente a quem foi grande trovador e talvez músico. O discurso do velho sábio antecipa de algum modo a voz de Camões n'Os Lusíadas (IX, 92-93): *ó vós que as famas estimais (...) ponde na cobiça um freio duro.*

*diria o conde priol  
depois de lh'a mão beijar:  
Deos vos queira prosperar  
este é bom ré mi fá sol  
porém forte de cantar.  
quero-vos aconselhar  
que façais grande tesouro  
antes de fama que d'ouro  
e tende o muito cobiçar  
por agouro*

D. Rodrigo de Melo retoma as palavras do bispo de Évora e insiste na superioridade da sapiência velha sobre a nova, revelando, talvez, receio de que a juventude do rei o leve a procurar conselheiros com menos idade.

*diria o muito jocundo  
senhor conde de Tentugal:  
houvera de ser Portugal  
todo universo mundo  
pera rei tão cordial.  
conselho vos dou real  
que se ele for mester  
seja de homem a meu ver  
sábio velho e leal  
que é o que o conselho quer*

D. Manuel Pereira volta a frisar a investidura divina do rei, ao mesmo tempo que o alerta para a injustiça que alguns juizes vinham praticando e que se reflectia no descontentamento popular.

*diria o conde da Feira:  
senhor sam certificado  
que só Deos dá o reinado  
e pois vo-lo deu ele queira  
que o logreis prosperado.  
porém sereis avisado  
que a todo julgador  
deis grã tença de temor*

256c

*por que o povo coitado  
nam coma pão de dolor*

Segue-se Pedro de Meneses, filho do marquês de Vila Real. O conde faz oferta da sua vida para prolongar a do rei. Trata-se de uma manifestação de fidelidade que era comum fazer-se na investidura de reis.

Os versos referem trovas anteriores ou um provérbio, *diz a grosa*, para afirmar a autoridade do rei.

*diria o conde d'Alcoutim  
beijando a mão preciosa:  
Deos vos dê vida ditosa  
e tire os dias de mi  
pera vossa vida e nossa.  
e pera ela ser fermosa  
sede livre e nam mandado  
açamai qualquer criado  
que nam seja diz a grosa  
mais que vós à custa vossa  
adorado*

João da Silva e Meneses será, logo em 1522, Mordomo-mor. O primeiro desejo que formula é o do casamento do rei, possivelmente para assegurar herdeiro português do trono. A expressão *bem casado* pode ser conselho para que D. João III case com a madrasta que quatro anos antes lhe tinha estado destinada para esposa. Parece ter existido forte pressão para que casasse com a viúva do pai, mas o rei teria respondido que *não lhe sofria o ânimo haver de chamar esposa a quem dera o nome de mãe* (frei Luís de Sousa). Na segunda metade da estrofe, aconselha o rei a seguir o exemplo da Europa católica, antecipando o estabelecimento da Inquisição. O argumento explicativo das catástrofes naturais é, mais uma vez, a ira de Deus pelo consentimento de hereges, principalmente judeus, em Portugal. Dez anos mais tarde, em 1531, Gil Vicente irá a Santarém contrapor a ciência à especulação clerical.

*o de Portalegre diria  
mui católico privado:  
senhor sejais bem casado  
e sempre com alegria  
logreís vós vosso reinado.  
e por que mui nomeado  
per todo o mundo sejais  
hereges nam consintais  
porque está Deos assanhado  
nos mostram os temporais*

A estrutura interna da estrofe seguinte é diferente. O título de Martinho de Castelbranco, Conde de Vila Nova, é o único que não está integrado nos versos. Pode ter sido verso e ter rimado com outro(s), precedido do determinante *o*. Tal como está parece ser didascália que identifica o deíctico seguinte: *este*. A opção tipográfica da *Copilaçam* interpreta as palavras como rubrica e dá-lhe disposição gráfica conforme: entrada mais à direita e ponto final. O sinal de início de estrofe antecede o verso seguinte.

O conde faz novo apelo à isenção do rei em matéria de justiça, propondo um modelo de tribunal, ou de juízo soberano, que igualiza acusação e defesa.

*Conde de Vila Nova.*

*este senhor mui prudente  
diria: seja louvado  
Deos que vos fez laureado  
e seu fiel presidente  
e dino de mor reinado.  
pera bem aconselhado  
nam ouçais mexeriqueiros  
nem os que forem primeiros  
nam vos façam ser irado  
sem ouvir os derradeiros*

D. Francisco de Portugal, filho do bispo de Évora, é muitas vezes tratado com intimidade por Gil Vicente nos seus autos. Depois de uma referência ao aspecto físico do rei, o conde do Vimioso aborda a delicada questão das rendas dos fidalgos da corte, decorrentes, penso eu, das aderências. Depois da estrofe de Vasco da Gama, o assunto é tratado com mais clareza.

*o conde do Vemioso  
como quem sabe d'açor  
deria com grande amor:  
assi como sois fermoso  
tal será vosso lavor.  
conselho-vos rei meu senhor  
por vossa honra e proveito  
que deis ao bom servidor  
antes renda que favor  
muito estreito*

256d

As palavras de Vasco da Gama são eco das do conde de Alcoutim. São palavras proverbiais que traduzem pensamentos populares. Os últimos versos podem constituir um bom agouro para o início do reinado de D. João III.

*diria o conde Almirante  
a el rei mui excelente:*

*fazei como grão prudente  
que vosso reino se mande  
per vossa alteza somente.  
porque o comum da gente  
é dizer eu tenho lá  
e onde rezão nam há  
a descobre um bom presente  
de mui pouco pera cá*

Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, enuncia a cerimónia (*aqui*) e segue o exemplo dos oradores que o antecederam: vai aconselhar o rei. O objecto é a validade das aderências, assunto da administração interna que estaria na época a levantar acesa polémica. Gil Vicente tratou o tema no seu teatro, com maior ou menor discrição, nomeadamente em *Glória* (1519), *Almocreves* (1527) e *Romagem* (1533). No *Rol dos livros defesos* de 1551 aparece indicado um auto, atribuível a Gil Vicente, com o título *Aderência do Paço*.

*diria o bispo do Funchal:  
senhor beijo-vo-la mão  
por cristianíssimo romão  
rei terceiro em Portugal  
do santo nome João.  
pois conselho aqui vos dão  
o conselho que eu daria  
que perdessem a valia  
as aderências pois são  
as que dão vida ao ladrão  
cada dia*

De uma voz, passa-se agora a mais, em número crescente: duas, na estrofe que se segue, depois o número total dos vereadores, até culminar com o povo, na última estrofe. O regedor João da Silva e o governador retomam a metáfora do pastor e do gado, e do rei como enviado de Deus. A divisão das obrigações está bem patente: o rei que trate da justiça que eles tratam da riqueza.

*o regedor lhe diria  
também o governador:  
neste dia o senhor  
do mundo de vós confia  
os gados de que é pastor  
a vós fez seu guardador.  
e nam senhor pola renda  
outrem vos reja a fazenda  
por que o vosso lavor  
na justiça só entenda*

É a vez dos vereadores. A divisa da cidade de Lisboa é retomada dos primeiros versos do romance. Há nesta estrofe a única referência à hipótese de guerra ou cruzada.

*diriam os vereadores  
da nobre e sempre leal:  
pois que nacestes real  
vós seguireis os primores  
d'Alexandre e Anibal.  
e pera mais divinal  
nam estimeis o dinheiro  
e a todo bom cavaleiro  
sede muito liberal  
e esquivo ao lisonjeiro*

257a

*Fim.*

O povo tem pela única vez nos versos de Gil Vicente o estatuto de personagem colectiva. A estrofe surge como remate e a rubrica que a antecede tanto pode ser final de conjunto de estrofes como anunciadora de mais uma. A palavra *tormenta* pode significar anos de fome, escassez, tributação pesada e, portanto, queixa do reinado de D. Manuel, que a estrofe 233 da *Miscelânea* de Resende descreve: *outro [ano] vimos em que mal \ se achava [alqueire de pão] por um cruzado*; à margem há uma nota que aponta o ano de 1521. A estrofe 259 reitera a escassez: *mas cá mesmo então andava \ tanta fame*. Já no século XV Fernão Lopes, na *Crónica de D. Pedro* (1434?), alertava para as consequências da injustiça: *a Escritura afirma que por o rei não fazer justiça vêm as tempestades e tribulações sobre o povo*. Mas *tormenta* nestes versos de Gil Vicente pode também referir os *temporais*, enunciados pelo conde de Portalegre. O poder real surge figurado no ceptro, símbolo que na Idade Média em França se designava por *Main de Justice* e que aqui aparece traduzido por *a mão*. É de notar que o povo invoca a Virgem Maria em vez de Deus.

*diria o povo em geral:  
bonança nos seja dada  
que a tormenta passada  
foi tanta e tão desigual  
que no mundo é soada.  
e pois a mão vos é dada  
fazei-nos sorte ditosa  
e praza à virgem gloriosa  
que guardéis esta manada  
como vossa.*

257b

## Referências

Margarida Vieira MENDES

1988 *Maria Parda. Vicente*  
Lisboa: Quimera

Garcia de RESENDE

1536 *Miscellanea*  
1622  
Lisboa: António Álvares

Frei Luís de SOUSA

1632 (?) *Anais de D. João III*  
1938 reedição  
Lisboa: Sá da Costa

Paul TEYSSIER

1982 *Gil Vicente - o autor e a obra*  
Lisboa: ICALP  
1985 2.ª edição

Carolina Michaëlis de VASCONCELOS

1919 *Notas Vicentinas 3. Romance à Morte del Rei Dom Manuel e à Aclamação de Dom João Terceiro*  
1949 *Notas Vicentinas*  
Lisboa: Ocidente